



**Plano de  
Desenvolvimento  
Institucional  
2019-2023**



**Memória de reunião do PDI**

**Reitoria**

**19/10/18**

**Memória da reunião do PDI realizada na Reitoria em Bagé no dia 19/10/18, das 8h30 às 12h e das 14h às 16h30, no Salão Nobre da Prefeitura Municipal de Bagé.**

Foram registradas nessa memória as falas de: Maurício Aires Vieira (Vice-Reitor no exercício da Reitoria), Luís Hamilton Tarragô (representando a PROPLAN), Luiz Lima (PROGEPE), Rafael Maurer (PROEXT), Rafael Ferraz (DEaD), Maria do Socorro (DEaD), Tiago Perez (PROPLAN), Renato Varela (Coordenação de Laboratórios), Ana Cristina (CPA), Caroline Cougo (PROGEPE), Piero Salaberri (DTIC), Daniel Viegas (PROGEPE), Pierre Martins (DTIC), Ricardo Carpes (PROGRAD), José Rojas (PROPLAN), Luís Fogaça (PROPLAN), Cátia Soares (NiNA), Kátia Moraes (DAEINTER), Vanessa Abreu (SISBI), Ketleen Grala (PROEXT), Roseane Bueno (Ouvidoria), Rafael Sais (PROPLAN), Verônica Morales (DEaD), Daniela Oliveira (PROEXT), Carlos Cardoso (PROPLAN), Rui Fernando (PROPLAN) e Denise Rubim (ACS). A reunião iniciou às 8h51, no Salão Nobre da Prefeitura de Bagé. Abriu os trabalhos o Pró-Reitor de Planejamento e Infraestrutura, explicando os primeiros detalhes da reunião. O magnífico Vice-Reitor, no exercício de Reitor, destacou na sua fala que o documento em construção é muito importante para o futuro da instituição. A partir dele, teremos a base para conseguirmos sucesso nos mais diversos pleitos que a Unipampa busca nos órgãos de fomento, emendas parlamentares ou no próprio MEC. Segundo ele, muitas vezes é cobrado pelos órgãos de fomento se a ação proposta está no PDI e, além disso, quando do reconhecimento de um curso, é normal que os avaliadores iniciem os trabalhos a partir desse documento. O Vice-Reitor destacou que o PDI é um cartão de visitas da instituição e passará por duas gestões, sendo, portanto, um documento da comunidade acadêmica e não fruto de uma determinada gestão. Por isso, ele reforça que será preciso o envolvimento de todos e, nessa reunião, é importante que os servidores da Reitoria exerçam o seu papel, pois somos importantes para os campi e devemos assimilar todas as demandas dos campi, cientes de que as nossas demandas podem ser diferentes, mas no fim, somos todos da mesma instituição. Ele finalizou a sua fala conclamando

todos a refletirem a respeito da melhor forma de tornar a Unipampa melhor para todos, dedicando um tempo para se debruçar na leitura crítica do documento e realizando, quando da etapa virtual, as contribuições que considerarem pertinentes. Luís Hamilton explicou que hoje se encerrava a primeira etapa de discussão e construção do PDI, pois a próxima será, conforme informado pelo Vice-Reitor, virtual. Luís destacou que neste terceiro PDI haverá as metas e iniciativas por eixo e o orçamento vinculado como ferramentas para tornar mais exequível o documento. Ele reforçou a sua fala destacando que o orçamento será, dentro do possível, vinculado às iniciativas e eixos. Para isso, haverá o monitoramento dos eixos e iniciativas, trabalho que precisará de um trabalho vultoso da PROPLAN. Quanto aos planos de ações, as áreas atuarão junto com a PROPLAN para que seja feito esse plano. Luís convidou todos a participarem da discussão, frisando que a ideia da reunião é de escutar e colher propostas e iniciativas úteis ao PDI. Ele solicitou que todos que se manifestarem sejam objetivos e concisos na sua fala, de modo que a grande maioria possa participar da discussão. Luís apresentou o conceito de PDI, destacando que precisamos construir um documento que compreenda o cenário no qual está inserido, pois o PDI vigente foi construído em um cenário que, infelizmente, não foi factível. Por isso, será preciso compreender que, diante das limitações de infraestrutura, cursos deficitários, falta de cumprimento de requisitos legais, não há como pensar em construir um PDI que não seja exequível. Segundo ele, a nossa estrutura está defasada e não conseguimos acompanhar as cobranças vindas de órgãos de controle. Por isso, reforçou, precisamos entender que temos que ter uma visão que conseguimos lograr sucesso em algumas metas previstas no atual PDI, mas precisamos ter a plena noção de que precisamos melhorar muito enquanto instituição de ensino público, ainda mais diante do que a comunidade espera da Unipampa. Na sequência, Luís realizou a leitura dos principais tópicos que dizem respeito ao PDI, sublinhando as principais informações e apresentando o cronograma, atores envolvidos e aspectos básicos que deverão nortear o documento. Frisou, na sua fala, o papel realizado pelas comissões locais e com o número de contribuições qualificadas propostas. Na abertura da discussão dos eixos, Luís apresentou o EIXO 1 – PERFIL INSTITUCIONAL – Na sua fala, ele destacou a importância desse eixo, procurando frisar que deveremos ter o cuidado de observar o que deverá ser atualizado ou modificado nesse eixo. Luís solicitou aos presentes que se manifestassem a respeito. Renato Varela (Coordenação de Laboratórios), solicitou que colocássemos nesse eixo que todas as temáticas e diretrizes deverão nortear o desenvolvimento sustentável e preocupação com meio ambiente. A professora Ana Cristina (CPA) apontou que há, nas avaliações da CPA, o apontamento de que a Unipampa peca no sentido da sustentabilidade e do respeito ao meio ambiente. Por isso, é preciso ficar clara as ações de cunho sustentável e qual o perfil de instituição que deveremos construir. Caroline (PROGEPE), informou que a agenda 20-30 estará no PDI e será importante nesse sentido. Rafael Maurer (PROEXT) destacou na sua fala que a agenda 20-30 será inserida no documento. Piero (DTIC), contribuiu que deveremos ter um núcleo de atendimento a demandas de graduação que atendesse a questão,

por exemplo, da evasão, com base no uso das tecnologias da informação. Ketleen (PROEXT), destacou que trabalhou na PROEXT o plano da sustentabilidade e há um bom material para ser levado em considerado na construção do PDI. No EIXO II – ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA – Luís explicou o eixo e convidou os presentes a se manifestarem. Rafael Sais colaborou discutindo que na nossa estrutura há problemas a serem resolvidos e a pensar em algo mais moderno, mais híbrido e rever estruturas que só existem no papel. Ana Cristina complementou que é importante destacar que há um excesso de comissões dentro da Unipampa que levam a duplicação delas nos campi e precisamos, também, definir os fluxos. Para ela, há o excesso de trabalho porque não há clareza nos fluxos. Daniel (PROGEPE), em relação ao organograma, considera muito pertinente essa discussão, pois quando da visita aos campi é comum a discussão de que há muita gente na reitoria e poucos nos campi, por isso é preciso contextualizar e redimensionar o tamanho que deverá ter a reitoria e os campi, pois diante das mudanças nas normas e fluxos de trabalho requerem uma nova estrutura, criada de modo empírico quando da criação da Unipampa. por isso, ele destacou que o trabalho do EPROC será essencial para sabermos o tamanho e a necessidade de determinado setor/pró-reitoria, de modo que redimensionarmos. Roseane (Ouvidoria) informou que concorda com todas as falas e colaborou que precisamos, através do regimento, redefinir a função das pró-reitorias, setores e campi. Lima (PROGEPE) afirmou que a abertura de estruturas sem planejamento prejudicou a Unipampa e que hoje, se for pensada a abertura de um setor, há a comunicação e o aceite da PROAD, PROPLAN E PROGEPE para que seja autorizado. Ele citou, por exemplo, a própria questão da editora, pois é preciso discutir o orçamento dela e a própria demanda de pessoal, antes de autorizar a abertura do setor. O expediente de criar a estrutura e depois correr atrás de orçamento e pessoal aconteceu, mas hoje não há espaço para isso. Tiago (PROPLAN) destacou que quando da visita aos campi foi muito discutida a questão do melhoramento das estruturas e fluxos, apontando que ele próprio construiu um documento que trata dessas e de outras demandas, apontando evidências e contribuições que ele considera importantes para a discussão, sendo que tornará público na sequência esse texto. EIXO III – PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL – Luís destacou que esse tema foi muito discutido nas visitas aos campi, apontando que será preciso repensar e reestruturar cursos deficitários que impactam o orçamento da Unipampa, propondo aos campi ações e apoio no sentido de rever os caminhos que levem a melhorar os indicadores. Tiago (PROPLAN) questionou se os colegas possuem alguma preocupação a respeito desse tema, destacando que nele há EAD, acessibilidade, metodologia de ensino. Rafael Sais lembrou que a falta do contato com o aluno gera um empecilho na rotina de trabalho, pois mesmo que isso gere mais atendimento, ao mesmo tempo não é possível mensurar quais são as necessidades dos alunos. Nas visitas aos campi, foi possível perceber que a demanda por assistência estudantil é considerável e devemos pensar, também, nas atividades de ensino, pesquisa e atenção. Pierre (DTIC) apontou que há uma dificuldade de conseguirmos estagiários nos setores, pois em outras IFES é

comum o apoio de estagiários nos setores e precisamos fomentar essa prática na Unipampa. Ricardo Carpes (PROGRAD) destacou que em 2017 foram retomados os fóruns de formação, momentos importantes para a fomentar a discussão a respeito do que está sendo feito em cada área e curso, elencando pontos positivos e até mesmo negativos. Por isso, complementou, a dinâmica de propor os mais variados fóruns deverá constar no PDI. Ele apontou que a Comissão que trata da evasão está trabalhando de forma a compreender os motivos pelos quais determinado curso está deficitário, procurando propor ações que façam com que o cenário mude. Em relação a proposição de cursos, Ricardo Carpes destacou que o planejamento deverá ser bem feito para que fique claro para que lado a Unipampa deverá caminhar, baseando-se em dados que envolvam evasão, riscos, orçamento e a própria demanda da comunidade. Daniel (PROGEPE) lembrou que a maioria dos servidores presentes não contribuiu com a construção da Unipampa, no que diz respeito a divisão por áreas, como a própria saúde em Uruguaiana e a questão do curso de Direito. Por isso, ele destacou que o planejamento deverá ser bem feito para que não ocorram problemas básicos e que devemos pensar mais na questão da gestão do que na questão política de atendimento de demandas. Daniela (PROEXT) solicitou que deverá ficar bem claro no texto como será a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão, além da própria curricularização da extensão. Verônica (DEaD) apontou que no atual PDI em construção deveremos considerar os alunos EAD como alunos da Unipampa, por isso as ações devem contemplá-los, procurando acolhê-los da melhor forma possível. Luís apontou que a abertura de cursos de graduação e pós deverá passar por um amplo estudo técnico antes de tramitar a sua abertura. Para ele, há uma cultura na instituição que cada curso aberto deverá ter 50 vagas. Para ele, esse número só seria viável desde que nos anos seguintes a demanda fosse maior do que as vagas ofertadas. Pelo contrário, ele apontou que há cursos que mais de três anos não conseguem atrair 50 alunos, mas continuam ofertando mesmo assim. Por isso, reforçou, os indicadores tendem a se tornar negativos graças as nossas próprias falhas e há, para ele, um tabu na Unipampa a respeito da discussão sobre a reorganização de cursos deficitários. Por isso, precisamos realizar o debate e criar uma estrutura mais firme (técnica) e otimizada para abertura de cursos, levando em consideração vários fatores que impactam o orçamento e a própria imagem da Unipampa. Ele destacou que há cursos atrativos nos quais nós mandamos embora os candidatos, enquanto há cursos nos quais sobram vagas. Isso, para ele, deverá ser levado em consideração e o diálogo deverá suplantar o tabu e, para ele, a reitoria deverá ser protagonista nesse estudo técnico. Lima (PROGEPE) afirmou que as formações continuadas propostas pela PROGRAD são importantes. Quanto à abertura de curso, o impacto social deverá ser levado em consideração, mas é preciso pactuar as vagas, orçamento e infraestrutura para depois realizar a abertura do curso. Quando criamos cursos sem as mínimas condições e sem planejamento, corremos o sério risco de descrédito e dos seguidos questionamentos dos órgãos de controle e do judiciário. Lima destacou que é extremamente importante abordar todos os aspectos da abertura de um curso. Daniel (PROGEPE) questionou

como que os servidores da reitoria podem atuar a respeito da forma de propor um fluxo para que um curso não seja aberto sem passar por todo o filtro orçamentário, de pessoal e de infraestrutura proposto. Luís concordou que precisamos criar rotinas e fluxos para que não ocorra a abertura de cursos de forma precária. Por isso, o estudo deverá ser feito antes de ser discutido na instituição qualquer abertura de curso. Segundo Luís Hamilton, depois de aprovado no campus, há uma comoção social e uma barganha política que poderá levar a aprovação política do curso, gerando um desconforto diante de uma possível negativa da reitoria. Por isso, destacou Luís, os campi deverão ficar cientes que qualquer proposição deverá passar por rotinas e fluxos. Pierre (DTIC) informou que um diretor transferiu a responsabilidade de abertura de um curso para a DTIC, pois caso não fossem adquiridos 10 computadores, o curso não seria aberto. Por isso, ele entende que precisamos construir as rotinas e fluxos que norteiam qualquer abertura de curso. Rafael Sais (PROPLAN) destacou que a questão de fluxos de trabalho e modelagem de processos foram temas nos 10 campi, por isso, a proposição do PDI deverá ser no sentido de modificar toda a forma de atuação em relação aos processos, por isso, a modelagem de processos será fundamental para facilitar as ações na Unipampa. ele questionou que no momento, o papel do campus na abertura de um curso é o de propor e pedir, enquanto da reitoria é o de acolher. Sendo assim, fica evidente que precisamos organizar a instituição. Kátia (DAEINTER) destacou que deveremos incluir a internacionalização no PDI, apontando que falta, inclusive, uma cultura internacional na Unipampa, pois não temos ao menos o hábito de fomentar a discussão e a escrita em língua estrangeira no dia a dia da Unipampa, como forma de exercitar o domínio da língua e como modo de evidenciar uma cultura e incentivo a conquista de uma segunda língua. Por isso, é importante até mesmo um fórum de internacionalização como forma de propor essa mudança. Maria do Socorro (DEaD) apontou que precisamos olhar com mais carinho para os alunos fronteiriços, principalmente no que diz respeito a questões burocráticas básicas. Por isso, ela solicitou que conste no PDI a preocupação com a inserção da Unipampa nos países fronteiriços. Joseane (Ovidoria) solicitou que a questão de gênero e de respeito as diferenças deverá constar no documento que está em debate. Lima (PROGEPE) afirmou que qualquer projeto tem que comungar do que está proposto no PDI, portanto, ele deverá balizar a dinâmica de construção das ações. EIXO IV – CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO / DOCENTE – Caroline (PROGEPE) afirmou que a consolidação das políticas de gestão de pessoas é importante, com base em dados, em processos e em competências, sem o perfil de gestão política. Para ela, precisamos nos apropriar dos parâmetros, colocá-los na prática. Além disso, ela frisou que a gestão de pessoas é estratégico, pois precisamos instrumentalizar esse eixo, procurando compreender que a gestão de pessoas é estratégico e vital para o bom funcionamento da instituição. Daniel (PROGEPE) apontou que é preciso analisar os atuais critérios a respeito de seleção e contratação, pois há questões envolvidas na remoção por saúde etc. que não são de fácil solução, por isso é preciso que o critério administrativo no trato das pessoas deverá ser compreendido do ponto de vista humano. Há, segundo

ele, dados que apontam que os servidores estão cada vez mais doentes e isso deverá ser levado em consideração. Por isso, os critérios de seleção deverão ser levados em conta quando da alocação em um setor, pois precisamos compreender que um servidor mal alocado não conseguirá realizar um trabalho satisfatório para ele e para a instituição. Roseane (Ouvidoria) apontou que, quanto à política de desenvolvimento de pessoal, precisamos da atuação do NUDEPE no sentido da formação inicial do servidor e da sua qualificação. Ela aponta que a sua reflexão é no sentido de fortalecer o NUDEPE, no sentido de consolidar a formação dos servidores, procurando, por exemplo, mapear os motivos pelos quais há servidores que migram excessivamente de setor. Cátia (NINA) questionou a qualidade de vida do servidor se o NINA possui apenas uma servidora para atender uma demanda excessiva, por isso ela apontou a própria preocupação com a sua saúde. Para ela, o NINA é de difícil gerenciamento e ela exemplifica que, em dois anos, o núcleo foi chefiado por 4 servidores, evidenciando que há um sério problema a ser resolvido. Rafael Sais (PROPLAN) destacou que temos um problema com a comunicação interna na reitoria e isso, para ele, passa por alguns fatores sendo um deles a própria falta de leitura do próprio PDI. Para ele, não há uma comunicação efetiva e precisamos evoluir nesse sentido. Denise (ACS) informou que a comunicação na Unipampa é transversal, pois perpassa todos os eixos e se trata de um tema estratégico. Por isso, precisamos rever a estrutura organizacional da Unipampa e da própria forma e conceito de comunicação na Unipampa, revendo e consolidando o papel da Assessoria de Comunicação Social na instituição. Lima (PROGEPE) apontou que em relação à política ou gestão de pessoal é preciso deixar bem claro o que é política e o que é gestão de pessoal, procurando nortear as suas ações pelo o que está previsto em lei. Ele destacou que algumas ações políticas em cima da legislação resultaram em economia financeira, mas para ele, o redimensionamento será vital, procurando qualificar o plano de trabalho e demonstrar que o docente trabalha de fato às 40 horas. Por isso, as mudanças devem ser no sentido de valorizar os servidores, realizando primeiramente a inclusão dos próprios servidores. Maurício, Vice-Reitor, apontou que a Unipampa é considerada pelo MEC como a que possui o maior número de TAEs em relação ao número de alunos e que o nosso discurso de ser multicampi já não é mais levado em consideração pelo MEC. Por isso, precisamos realizar a reflexão a respeito do nosso cenário, buscando compreender que deveremos partir para um segundo momento no qual o perfil do servidor deverá ser bem pensado, levando em consideração questões como dimensionamento, diálogo entre setores, formação e a própria preocupação com a saúde mental do servidor. Como reflexão do grande grupo, ele apontou que precisamos atacar os fatores que levam os servidores a se afastarem por doença e que, caso um servidor seja removido para outro campi, é preciso discutir da necessidade de reposição imediata, devendo ser necessária a discussão a respeito disso, justificando e motivando a decisão. Se um servidor se afasta para qualificar e volta para o mesmo setor e adoece, é evidente que precisamos ter um olhar para esse servidor e para o local de trabalho dele. Além disso, precisaremos compreender que as “caixinhas” nas quais muitos servidores trabalham

precisam ser revistas, por isso, é importante a mudança na estrutura da Unipampa. precisamos, para o vice-reitor, parar uma vez por semana para discutir dinâmicas de trabalho, realizar leituras de documentos norteadores, ouvir demandas, propor mudanças na rotina e fluxo de trabalho, procurando estruturar o que já temos e que funciona relativamente bem. Lima (PROGEPE) afirmou que a comunicação é um aspecto importante, mas precisamos confiar nos setores para que possamos trabalhar com segurança. Por isso, cada setor tem uma atribuição, mas ele comprehende que cada um é gestor de pessoas e, na visão dele, não poderá continuar acontecendo de não termos um olhar especial para os colegas. Ele destacou que o redimensionamento é essencial, pois faz com que a gestão se torne mais eficiente, mas a visão da gestão com pessoas e não apenas gestão pública para pessoas. Daniel (PROGEPE) afirmou que deveremos começar a desenvolver a cultura que envolve a necessidade de avaliar quem está realizando determinadas funções. Criamos, segundo ele, uma cultura de que o servidor deverá estar perto da sua família, por exemplo, mas o problema é que esse fator foi muito valorizado e limitou a gestão por competências, quase impedindo a análise de outros fatores. Por isso, precisamos rever o edital de cadastro para remoção, pois ele não se sustenta no atual cenário e deveremos rever o que é melhor para a Unipampa e depois para o que é melhor para o servidor. Ricardo Carpes (PROGRAD) salientou que precisamos, de fato, discutir a questão de inserirmos nos concursos, editais etc. a leitura e o conhecimento do PDI, pois dessa forma as pessoas ficarão sabendo da cultura, dos planos e da política institucional da Unipampa, até mesmo como forma de se sentir como membro atuante na construção da universidade. Além disso, a análise de perfil para alocar o servidor é essencial, pois fará com que os ganhos sejam para o servidor e para a Unipampa. EIXO V – INFRAESTRUTURA FÍSICA – Vanessa (SISBI) apontou que há problemas de saúde dos servidores na biblioteca exatamente pelo fato da carência de infraestrutura nas bibliotecas. Vanessa questionou que precisamos saber os motivos pelos quais os servidores adoecem e que, em relação ao edital de remoção, ele só poderá ser efetivado se tivermos vagas. Do contrário, geramos apenas frustração nas pessoas. Para ela, nunca ficou claro o dimensionamento de servidores para bibliotecas e até hoje não foi revista essa política. Segundo ela, há estudos na UFSM que apontam que em 3 anos, 20% dos servidores se afastaram por questões de saúde. Ketleen (PROEXT) apontou que a questão da sustentabilidade deverá ser pensada, além dos espaços de convivência e a valorização de projetos de sucesso no sentido da arborização, convivência etc. Rojas (PROPLAN) afirmou que o atual PDI não seguirá a infraestrutura proposta, pois quem decide são os campi e isso gera sérios problemas para quem planeja a infraestrutura. Ele citou, por exemplo, que em um mês deveriam construir um projeto de prédio de anatomia, gerando uma demanda excessiva para a PROPLAN. Segundo ele, os pedidos de muitos campi não condizem com a realidade, pois alegam que falta espaço para determinadas atividades e, quando da visita aos campi, muitos deles estão desertos ou pouco ocupados. Para ele, falta organização básica nos campi, pois há casos de laboratórios que tem dono, documentação básica que falta ao campi

e que eles deveriam solicitar, ausência clara de estrutura para os cursos criados na segunda leva, ausência de estudo sobre o uso de laboratórios e que, diante da pressão dos campi, precisamos também cobrar profissionalismo e gestão dos campi. Ele apontou que a questão da infraestrutura na reitoria é precária, pois os prédios não atendem o mínimo de segurança, acessibilidade e conforto. Para ele, os problemas da Unipampa deverão continuar se os gestores não atuarem e definirem claramente as metas, pois há casos de prédios inteiros construídos para atender só um curso. Temos problemas básicos de licenciamento ambiental, PPCI etc. e não conseguimos um servidor que colabore com a própria Unipampa para confeccionar o documento. Luís colaborou apontando que um campus entregou uma proposta com 50 novas estruturas. Tiago (PROPLAN) colaborou afirmando que falta é responsabilidade para os servidores. Joseane (Ouvidoria) frisou que a fala do professor Rojas é chocante, pois ela evidencia o que ela havia dito sobre a falta de regimento e resolução que conduza os rumos da Unipampa. Renato Varela apontou que o quadro é assustador no sentido da segurança do trabalho e se trata de uma bomba relógio. Por isso, precisamos de um trabalho a respeito da segurança nos laboratórios. Para ele, a proposição de novos laboratórios deverá ser muito bem pensada e normatizada. Luís Fogaça (PROPLAN) apontou que em relação à coleta seletiva solidária não está sendo levada a cabo pela Unipampa porque as pessoas envolvidas não querem colaborar, sendo que dos 10 campi contactados, apenas 1 respondeu. Por isso, ele afirmou que falta “vestir a camiseta” da Unipampa e que a coleta seletiva deverá existir na Unipampa por questões de consciência ambiental mundial. Pierre solicitou que tenhamos uma política institucional de reposição dos equipamentos de informática nos laboratórios. Quanto à fala de Rojas, ele apontou que a cultura do “menor esforço” atrapalha a dinâmica de trabalho, citando o caso da discussão sobre o uso de fibra ótica e antena, por causa do fato de que preferem atuar no sentido do menor esforço, ignorando os custos de determinadas decisões. Rui (PROPLAN) apontou que há o esforço de propor questões de sustentabilidade, exemplificando um projeto que foi concluído e está em execução, que atendeu os três “R” da sustentabilidade. Quanto às licitações e como são construídas levam ele a entender que o conhecimento é tudo no mundo atual. Ele citou que, após uma palestra em um campus, foi possível perceber que as pessoas mudam o olhar a respeito de todo processo de licitação de uma obra, compreendendo a dimensão do trabalho dos envolvidos. Por isso, Rui sugere que seria interessante realizar essas palestras em mais campi. Carlos (PROPLAN) destacou que falta um dimensionamento de área construída, pois há campi com muita área e solicitou mais salas, sendo que após a análise descobriu-se que as aulas eram concentradas mais na segunda à tarde até quinta, provocando uma demanda concentrada injustificável. Ele apontou que falta por parte dos campi uma análise da demanda que realmente atenda as necessidades, procurando discutir e avaliar os espaços existentes. Ele citou, aproveitando o exemplo dado por Rojas, que um curso no qual se precisa de um “tonel” para cadáveres deveriam ter levado em consideração isso desde o início. Luís Hamilton frisou a sua preocupação com o fato da Unipampa se tornar uma prefeitura.

Segundo ele, houve um choque da atual gestão da Unipampa com a realidade que encontraram que levou a tomarem medidas radicais. Para ele, o PDI tem que pensar e criar metas para infraestrutura. Pois, para ele, criamos cursos sem saber de onde conseguiríamos o orçamento, vide o caso do curso de Medicina em Uruguaiana. Por isso, o PDI deverá ser factível, pois não podemos mais confiar em garantias governamentais sem previsão em documento. Luís defende a tese que teremos que ter um plano de infraestrutura para darmos conta do que está construído e para, na sequência, pensarmos em novas obras. Ele frisou que não temos política de estado no país e sim de gestor, criando um cenário de dúvida e incerteza para o próximo gestor. Por isso, precisamos defender o que já conquistamos e concluir o que já foi iniciado. Não há, para ele, qualquer possibilidade de construção de mais obras. Para ele, é um enorme desafio saber de onde sairão os valores para manter as casas do estudante e o valor de água e luz dos prédios que serão entregues, pois já falta para pagamento dos atuais prédios. Ele frisou que a Unipampa precisa quebrar alguns tabus e precisamos gerar receitas, pois há universidades que já fazem isso muito bem. Por fim, ele destacou que precisamos criar um plano de infraestrutura adequado à nossa realidade. Rafael Sais (PROPLAN) frisou que espera que a questão da infraestrutura seja realmente um ponto estratégico no próximo PDI. Além disso, precisamos compreender que faltou a leitura e colocarmos em prática o atual PDI. Ele citou a questão da proposição do prédio da reitoria que estava previsto no PDI e que agora tramita na procuradoria o projeto. Para Luís, faltou a proposição de um plano de infraestrutura, pois com ele é possível priorizar, inclusive, o próprio licenciamento ambiental e habite-se, documentos básicos. Precisamos priorizar o passivo legal, pois atualmente temos um passivo gigantesco. Por isso, precisamos realizar ações no sentido de começar a resolver esses problemas. Roseane felicitou a questão do projeto de construção da reitoria estar em andamento e agradeceu ao fato de que o prédio será construído no campus Bagé. Daniel frisou que o tempo é curto e que deveríamos ter aberto a discussão para os dois turnos, pois a participação dos servidores foi muito boa. Às 12h20 a reunião foi interrompida para o almoço. Às 13h56 minutos a reunião reiniciou com a fala da professora Ana Cristina sobre a política de balcão que acontece na Unipampa, onde a unidade que mais grita leva a fatia maior do bolo orçamentário. Por isso, ela comprehende que o PDI deverá monitorar, planejar e agir de maneira transparente e o documento tem que ser exequível. Além disso, ela frisou que os campi pequenos sofrem diante da forma como é discutido e distribuído o orçamento. Pierre (DTIC) frisou que o projeto do prédio da reitoria, embora tenha começado tardiamente a tramitação, seria conveniente que ficasse registrado na ata e no PDI que essa obra é prioritária. EIXO VI – AUTOAVALIAÇÃO – Luís Hamilton apontou que falta a participação do usuário externo na avaliação, pois de maneira geral, a Unipampa não escuta a sociedade. Naturalmente, deveremos estar cientes que muitos dos pedidos da sociedade não poderão ser contemplados, mas é vital criarmos espaços/canais de comunicação. Para ele, a sociedade precisa enxergar na Unipampa um caminho, um parceiro para enfrentar os desafios. Rafael Maurer (PROEXT) destacou que em relação

à contribuição da Unipampa com a sociedade, teremos com a curricularização da extensão como um mecanismo que permitirá o maior contato com a sociedade. Além disso, ele reforçou que a prestação de serviço via fundação e a qualificação do corpo técnico poderão ser muito úteis do ponto de vista da aquisição de recursos. Ana Cristina apontou que em relação a autoavaliação desde 2017 são feitas visitas aos campi para discutir o assunto. Nessas visitas, foi percebida a baixa adesão da comunidade acadêmica, além do desconhecimento do resultado dessas avaliações. Depois disso, foi repensada a metodologia de trabalho e houve, em 2018, a mudança de apresentar aos gestores e coordenadores de curso a avaliação da gestão da instituição. Além dessa mudança, o “casamento” da avaliação institucional com o PDI será uma mudança considerável, pois permitirá um maior controle. Por fim, ela reforçou que está sendo previsto mais de um instrumento de avaliação, partindo do seu ponto de vista e necessidade enquanto cliente da Unipampa. Segundo ela, a partir de 19/11 será lançado o processo de avaliação e seria importante que todos participassem. Rafael Sais (PROPLAN) apontou que precisamos avaliar muito mais a avaliação, pois há, por parte dos participantes das avaliações anteriores, a nítida sensação de que não acontecerá nada de diferente após a avaliação. Por sua vez, Rafael reconhece os avanços na última avaliação, mas comprehende que precisamos saber atuar diante do resultado. Ana Cristina complementou afirmando que nos reconhecimentos de cursos é comum os avaliadores questionarem como a gestão lida com o resultado da avaliação e quais foram os resultados alcançados. Segundo Luís, os dados precisam ser melhor analisados e servirem de apoio para a atuação dos gestores. Denise (ACS) apontou que toda a comunidade da Unipampa deva participar da comunicação da instituição, mas o papel da ACS é essencial e uma parceria com a PROEXT poderia ser fomentada. Para ela, a ACS precisa de um olhar mais atento de gestão, pois precisamos fortalecer a identidade da instituição, para tanto, precisamos rever aspectos inerentes a ACS. Roseane (Ouvidoria) apontou que em relação à CPA e a questão de ouvir a sociedade ela afirmou que a Ouvidoria recebe e atua diante dos anseios da sociedade, mas o ideal é que ela deveria atuar de forma mais efetiva, em eventos, por exemplo, construindo uma ouvidoria ativa que traria muitos benefícios. Por isso, ela entende que seria um ganho institucional a Ouvidoria ir até a sociedade.

**EIXO VI – ORÇAMENTO** – Luís Hamilton apontou que o orçamento atual da Unipampa não permite manter a estrutura e muito menos o que está sendo proposto. Diante disso, é importante que a instituição faça um grande debate apontando quais seriam os fatores que impactam o orçamento. Para ele, os indicadores da Unipampa impactam o orçamento, por isso, urge que nós deveremos melhorar os indicadores. Para isso, precisamos melhorar a nossa infraestrutura. Ele frisa que o número de alunos é a base para o cálculo do orçamento da Unipampa, por isso, fatores como evasão, retenção e taxa de alunos formados são levados em consideração. Fora isso, a compra de equipamentos demanda uma manutenção e luz cada vez maior, além da própria preocupação com o local onde ficarão alocados. Para ele, tudo isso demanda um diálogo para que os indicadores continuem melhorando, pois o orçamento de

custeio e capital de 2018 é o mesmo de 2014, sem levar em conta a questão da inflação. Para combater isso, novamente ele repetiu que precisamos melhorar os nossos indicadores. Ele exemplifica que as despesas crescem conforme as obras são entregues, pois a cada obra somam-se gastos de luz, água, manutenção etc. no tocante ao gasto com luz, ele explicou que é muito difícil calcular o custo total para o orçamento, pois são vários os fatores que pesam durante o ano. Em relação à folha de pagamento, a Unipampa consome 80% com folha de pagamento, podendo chegar a 90% até o final do ciclo do próximo PDI. Caroline (PROGEPE) afirmou que em relação à folha de pagamento deverá ser bem informado, pois passa a equivocada ideia de que o orçamento da Unipampa está quase voltado na sua totalidade para os servidores. Além disso, ela apontou que precisamos valorizar os servidores e qualificá-los, fazendo com que todos se sintam úteis e que colaborem com a instituição. Daniel (PROGEPE) apontou que em relação ao atendimento de pessoas com necessidades especiais a força de trabalho está prejudicada e teremos que contratar servidores, mas fica a dúvida da origem do pagamento. Luís Hamilton respondeu que será via folha, pois se fosse custeio não teria recurso. A questão agora, segundo Luís, é organizar essa demanda e como realizar o pagamento. Segundo Luís, em sete anos a folha do MEC deverá dobrar e questionou os presentes sobre como o MEC conseguirá pagar tal valor. Diante desse cenário, é provável que o MEC repasse às universidades a gestão, inclusive, da folha de pagamento. Isso, segundo ele, seria muito preocupante. Daniel complementou afirmando que se o MEC repassar a despesa com a contratação temporária de intérprete de Libras, por exemplo, estará impactando o orçamento da instituição. Para Luís, o MEC já realiza um trabalho para ampliar a autonomia das universidades nesse sentido. Lima (PROGEPE) concordou com Luís que o crescimento vegetativo da folha é preocupante, pois só para o mês de novembro houve um incremento na casa dos R\$ 70 mil, evidenciando que as promoções devem ser repensadas, pois é quase protocolar a forma como os servidores progridem na Unipampa. Para Luís, precisamos repensar propostas que não sejam automáticas, como por exemplo nomear um servidor no lugar de outro que se exonerou sem levar em consideração se é necessário. Segundo Luís, constituiida uma solução tecnológica que atende um setor, descobre-se depois que continuam os mesmos servidores no setor, sem que tivéssemos feito o redimensionamento. Para ele, precisamos construir esse debate sobre a gestão de pessoas e o impacto orçamentário de decisões que envolvem a nomeação, remoção, promoção e redistribuição de servidores. Para ele, precisamos, paralelamente a isso, precisamos propor cursos de mestrado para qualificar os técnicos e até mesmo docentes, fazendo com que ele se qualifique para atender e criar soluções para a própria universidade é caminhar no sentido de ganho orçamentário. Para Luís, o debate não é encontrar no servidor o problema, e sim, no servidor a solução. EIXO VII – EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – Luís apontou que nos campi foi muito abordada a questão da infraestrutura e do trabalho das secretarias acadêmicas. Para Luís, a educação a distância possui duas modalidades (UAB e a Institucional) que atendem aos campi envolvidos. Os campi apontaram que falta

infraestrutura para atender a educação a distância. Luís informou como funciona a questão do fomento a UAB e Institucional. Roseane (Ouvidoria) questionou como ficará o atendimento dos alunos nas secretarias acadêmicas, principalmente para a diferença de demanda e de contato. Rafael (DEaD) informou que DTIC e DEaD já trabalham nesse sentido, pois percebem que os alunos EAD buscam apoio na Ouvidoria para solucionar dúvidas básicas. Além disso, há a preocupação em capacitar os polos e a valorização do uso das novas tecnologias. Segundo ele, há o estudo de diminuir ainda mais a demanda para as secretarias acadêmicas e, por fim, há a proposição conscientizar a todos que a educação a distância institucional é da Unipampa. Maria do Socorro (DEaD) informou a forma de tramitação da documentação nas secretarias, destacando que a demanda não é continua, pois as ofertas não são em anos sequenciais. Além disso, a respeito do custo do curso de Letras Institucional, ela afirmou que o valor destinado para diárias não ultrapassou R\$ 5 mil por ano. Segundo ela, há o apoio do campus Jaguarão para o transporte dos servidores envolvidos em EAD. Daniel (PROGEPE), a questão de institucionalizar a educação a distância deverá ser debatida e fomentada, mas é preciso ficar claro o que a Unipampa ganha com EAD, do ponto de vista financeiro ou é apenas institucional. Luís respondeu que com a UAB a Unipampa alcança um público que ela não alcançaria e gera um trabalho de marketing e atende ao que está no seu compromisso social. Ela não gera prejuízo e sim um resultado social, embora tenhamos o aumento da demanda de serviço. Há o caso, inclusive, de termos recurso do MEC para EAD e estamos com dificuldade para usarmos, principalmente por causa da prática do governo de liberar os recursos nos dois últimos meses, sendo que o encerramento do exercício é 9/11. Para Luís, não há uma política EAD por parte do governo, pois ele autoriza, mas não apoia financeiramente. Rafael (DEaD) respondeu ao questionamento de Daniel que os ganhos são de dois lados: monetários ou de outra ordem, indireta, que seria o social. Se, por um lado aumentou a demanda, ao mesmo tempo os professores que atuam estão sendo capacitados e acabam por atuar de forma mais qualificada em sala de aula no ensino presencial. Em relação aos veículos usados, ele destacou que a manutenção nos três foram pagas com valores oriundos do EAD, mostrando que é preciso relativizar a questão de que a EAD poderia trazer prejuízos à Unipampa. Para ele, o fato da Unipampa levar o ensino a pequenas cidades e as comunidades são agradecidas, inclusive os desfiles cívicos nessas cidades recebem alunos da Unipampa EAD que divulgam a marca da instituição. Para Rafael, os ganhos suplantam qualquer questão que envolva o aumento da demanda de trabalho ou qualquer tipo de “gasto” da instituição. Maria do Socorro informou que as capacitações para os professores e tutores que atuam EAD são abertas também para os professores que trabalham só no presencial. Ela frisou que a DEaD trabalha também com cursos presenciais de formação. Daniel (PROGEPE) complementou informando que é favorável ao EAD e destacou que a comunidade não conhece a DEaD e a EAD, por isso a fala “provocativa” dele. Segundo Luís, a manutenção da estrutura física é repassado pela CAPES. Em relação ao institucional, entende-se que se o campus se

propôs a abrir, automaticamente se comprehende que há estrutura mínima para atender a demanda. Rafael (DEAD) destacou que a troca de gestores nos municípios tem feito que muitas prefeituras façam mais marketing com a EAD, sem que tenhamos o apoio de fato. Verônica (DEaD) destacou que precisa-se é a criação de um repositório para socializar as criações artísticas e educacionais construídas pela comunidade EAD e presenciais. Rafael (DEaD) complementou que seria interessante termos dois servidores que dessem apoio na construção de material que evidencie as realizações da comunidade acadêmica. Fogaça colaborou afirmando que o pessoal do DEaD passam uma falsa ideia de que são passivos, pois recebem tudo pronto da CAPES, por isso ele questiona se eles podem realizar/criar cursos para atender demandas como, por exemplo, sustentabilidade. Rafael (DEaD) informou que não há como a DEaD realizar esse tipo de tarefa, pois seria complexo para uma diretoria que não possui essa capacidade técnica. Fechando a reunião às 16h30, Luís Hamilton agradeceu a presença de todos e os convidou a participar quando do momento virtual. Nada mais havendo a tratar, eu, Leandro Silveira Fleck, encerrei o presente documento que será publicizado na página do PDI 2019-2023.